



Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação,
Ciência e Cultura da Assembleia da
República

V/Ref.

N/Ref. 888/2014 - F.D

DATA: 04-07-2014

ASSUNTO: Petições n.ºs 403/XII/3ª e 404/XII/3ª - «Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade»

Em resposta aos ofícios 285/8ª e 300/8ª – CECC/2014, ambos de 2 de Julho, juntamos em anexo o ofício de 2 de Junho, remetido a V. Ex.ª por esta Associação, o qual expressa já a apreciação da ANMP, relativamente à matéria em causa.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Geral



(Rui Solheiro)

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação,
Ciência e Cultura da Assembleia da
República

V/Ref.

N/Ref. 070 770/14-fD

DATA: 02-06-2014

ASSUNTO: Petição n.º 392/XII/3ª da iniciativa da FENPROF - «Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade»

Em resposta ao ofício 236/8ª – CECC/2014, de 22 de Maio, sobre o assunto em epígrafe, informamos V. Ex.ª que a Educação é, desde há muito, uma prioridade dos Municípios Portugueses.

De facto, e não obstante os constrangimentos com que se têm deparado, os Municípios têm vindo a assumir um conjunto de responsabilidades que visam encontrar as soluções que melhor sirvam as famílias e os alunos.

Tais soluções não põem de parte os restantes parceiros que, na comunidade educativa, assumem, igualmente um papel de relevo.

Por isso, numa lógica de complementaridade entende a ANMP que há que articular o contributo dos vários parceiros – designadamente no âmbito de cada Conselho Municipal de Educação – de forma a proporcionar-se às crianças e aos jovens igualdade de oportunidades.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Geral



(Rui Solheiro)